



Município de Oiapoque, no extremo norte do Amapá

Lula visita Oiapoque para acompanhar pesquisas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou na segunda-feira (17) o município de Oiapoque, no extremo norte do Amapá. Ele vai conhecer o navio-sonda da Petrobras usado em pesquisas na Margem Equatorial, poucos dias após a estatal anunciar indícios de petróleo na bacia da Foz do Amazonas. A agenda teve a participação do governador Clécio Luís (União Brasil), do presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil) e da presidente da Petrobras, Magda Chambriard. Na sexta-feira (15), a Petrobras informou ter identificado hidrocarbonetos no primeiro poço explorado. Embora a confirmação dependa de testes adicionais, técnicos da estatal avaliam que a probabilidade de se tratar de petróleo é alta. O governo federal trabalha para que o Ibama autorize a perfuração de mais três poços na mesma área, aprofundando os estudos sobre o potencial da Margem Equatorial.

Síndrome respiratória

O mais recente Boletim InfoGripe da Fiocruz aponta que o número de casos de Síndrome Respiratória Grave (SRAG) apresenta tendência de queda ou estabilização em 23 das 27 Unidades da Federação (UF). Já os estados de Rondônia, Mato Grosso, Bahia e Sergipe são os únicos que mostram um leve sinal de crescimento. A análise é referente à semana epidemiológica 31, de 2 a 8 de agosto. Em relação ao nível de risco, ainda há 14 das 27 UF com incidência de SRAG em níveis de alerta, risco ou alto risco.



O número de casos de Síndrome Respiratória apresenta recuo

Defensoria Pública regularizar 2 mil imóveis

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) deu início às visitas de campo do projeto “Gente da 319”, iniciativa voltada à regularização fundiária de áreas ocupadas por famílias que residem às margens da rodovia BR-319 e em ramais vicinais. O plano de ação terá duração de 3 anos, com a meta de atender 5 mil famílias e conceder títulos definitivos ou termos de concessão de uso para pelo menos 2 mil imóveis. O cronograma estabelece uma segunda etapa com foco no recolhimento de certidões e orientações jurídicas.

TJRO cria iniciativa em prol das mulheres

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) lançou um projeto para ampliar o atendimento a mulheres vítimas de violência. A iniciativa prevê ações integradas entre órgãos públicos, com foco no acolhimento, orientação e encaminhamento das vítimas. O trabalho também busca fortalecer a prevenção e facilitar o acesso aos serviços disponíveis. A proposta será desenvolvida em parceria com instituições que atuam na área.

Ferramenta

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) visitou a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (Fhemeron), em Porto Velho, para discutir a criação de um sistema eletrônico integrado. A ferramenta em questão poderá reunir dados das unidades de coleta do Estado e facilitar o controle das bolsas de sangue.

Clima

Produtores de Roraima enfrentam perdas nas lavouras de milho após a redução das chuvas no estado. Segundo relatos, áreas cultivadas foram afetadas pelo período seco, enquanto a soja teve queda na produtividade. O cenário preocupa agricultores, que dependem do regime de precipitações para o desenvolvimento dos grãos.

Lançamento

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) lançou, em Manacapuru, a edição 2026 da campanha #DiversãoComRespeito. A iniciativa reúne instituições para prevenir violência contra mulheres, crianças e adolescentes durante o Festival de Cirandas, nos dias 28, 29 e 30 de agosto. O acordo prevê ações educativas e fiscalização.

Esporte

A delegação do Amapá encerrou a Copa Brasil de Tênis de Mesa com 38 medalhas, sendo 10 de ouro, 10 de prata e 18 de bronze. A competição foi realizada em Manaus (AM) e reuniu atletas de diferentes estados. O resultado superou a marca obtida na edição anterior. A Federação de Tênis de Mesa destacou o desempenho dos competidores.

Educação

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio da Comissão Permanente de Concursos (Compec), publicou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de Especialização a Distância (EspEaD 2026). São 300 vagas em Gestão Pública e Tecnologias Digitais do Ensino Básico. As aulas começam no segundo semestre.

Reunião

O Ministério Público do Acre (MPAC) reuniu integrantes, em Rio Branco, para avaliar ações e planejar medidas. O encontro tratou de obras, atendimento ao público, recuperação do patrimônio e adequação de espaços. O procurador-geral Oswaldo D’Albuquerque também acompanhou os serviços na Sala de Sessões da instituição.



As organizações pedem em caráter liminar o reestabelecimento das normas

Ação no Acre questiona regras para transição de gênero

Processo pede revisão de norma do CFM e R\$ 100 milhões por danos

Duas organizações de defesa dos direitos da população trans entraram com uma ação civil pública contra o Conselho Federal de Medicina (CFM) na 3ª Vara Cível e Criminal do Acre. A iniciativa pede a suspensão das restrições previstas na Resolução CFM nº 2.427/2025 e uma indenização de R\$ 100 milhões por danos morais coletivos. A ação é assinada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat). As entidades também pedem, em caráter liminar, o retorno provisório das regras da Resolução CFM nº 2.265/2019 e proteção jurídica a profissionais que tenham realizado procedimentos fora dos limites definidos pela norma de 2025. O texto questionado foi editado pelo CFM em abril de 2025 e alterou critérios para cuidados relacionados à transição de gênero. Entre as mudanças está a proibição do uso de bloqueadores hormonais em crianças e adolescentes, que antes era permitido de forma experimental. A hormonioterapia cruzada passou a ser autorizada apenas para maiores de 18 anos, enquanto a idade mínima para cirurgias de redesignação sexual com potencial efeito

esterilizante subiu de 18 para 21 anos. Na ação, as organizações afirmam que as novas regras podem ampliar riscos à população trans, incluindo automedicação e busca por procedimentos sem acompanhamento médico. Caso o pedido de indenização seja aceito, as entidades querem que os R\$ 100 milhões sejam destinados a um fundo para financiar políticas públicas voltadas à população trans. O processo foi inicialmente distribuído a outra vara. Os autores solicitaram a remessa para a Justiça Federal por causa da relação com processos anteriores sobre o mesmo tema. Em julho de 2025, um magistrado havia suspenso a eficácia da norma do CFM em uma ação do Ministério Público Federal (MPF). A decisão, porém, foi posteriormente revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após recurso apresentado pelo CFM. O Supremo entendeu que a Justiça Federal do Acre havia ultrapassado sua competência ao interferir em uma questão que já estava sob análise da Corte. O processo ainda aguarda análise dos pedidos apresentados pelas entidades. Até a publicação, não havia informação sobre decisão judicial referente à ação.